



**COMITÉ OLÍMPICO
DE PORTUGAL**

**Valorizar e afirmar socialmente o desporto:
Um desígnio nacional**

COMITÉ OLÍMPICO DE PORTUGAL

Valorizar e afirmar socialmente o desporto: Um desígnio nacional

ÍNDICE

1. Breve leitura da situação desportiva nacional.....	2
2. Breve leitura do desporto no mundo atual	5
3. O constrangimento demográfico como condicionante das políticas desportivas.....	8
4. Uma política desportiva para Portugal.....	13
5. A centralidade da educação física e do desporto na escola	16
6. Uma política desportiva de afirmação de Portugal no mundo.....	19
7. Uma política desportiva indutora de sustentabilidade sistémica.....	20
8. A política desportiva e a governação pública	22

1. BREVE LEITURA DA SITUAÇÃO DESPORTIVA NACIONAL

Em Portugal, o acesso dos diversos segmentos da população às práticas desportivas informais e de lazer ativo tem vindo gradualmente a crescer, embora mantendo índices de participação ainda longe dos desejáveis; mas é no desporto de excelência que o confronto se apresenta mais desfavorável.

Portugal tem um número diminuto de modalidades na primeira linha da alta competição mundial e, nas que alcançam esse estatuto, o número de atletas é igualmente diminuto. Os êxitos individuais em competições de primeira grandeza (Jogos Olímpicos, Campeonatos do Mundo ou da Europa) são devidos, na sua maioria, a “exemplares únicos”, circunstancialmente emergentes de contextos particulares e normalmente irrepetíveis, que não refletem nem podem assegurar ao país um nível representativo estabilizado.

O número de atletas filiados nas federações desportivas não apresenta crescimentos significativos e várias são as modalidades em que a tendência é regressiva a números alcançados décadas atrás. Ou seja, ainda que a atividade física desportiva informal ou de lazer ativo ilustre uma maior participação quantitativa no espectro desportivo nacional, o desporto de excelência/alto rendimento tem vindo a tornar-se de difícil sustentabilidade pontuado, aqui e ali, pelo êxito ocasional de alguns excelentes atletas.

Tal só pode ser interpretado à luz de fatores de suporte (económicos, financeiros, fiscais e organizacionais) que têm vindo a sofrer degradações sucessivas, quer pelo distanciamento dos poderes públicos, quer pela pulverização de entidades administrativas com competências sobrepostas que legitimam um ambiente regulador excessivamente saturado e castrador das autonomias associativas, quer ainda pela tomada de medidas manifestamente lesivas deste segmento do desporto nacional.

Uma dimensão cultural deve também ser equacionada neste contexto, mas novamente aqui, o papel das políticas desportivas nacionais é nuclear, em especial no que releva a importância de uma educação física e desportiva nas escolas e a sua interdependência com os níveis elementares do sistema desportivo.

O país tem vindo a assistir placidamente ao definhamento dos clubes de base local e regional - outrora estruturas essenciais para alimentar o sistema desportivo - que vão perdendo a sua vitalidade gravitando nos interstícios do

associativismo, subsistindo não raras vezes devido ao relevante esforço das autarquias locais para evitar uma morte anunciada.

A estes sinais portadores de um futuro preocupante, que traduzem os nossos indicadores de desenvolvimento desportivo no espaço europeu, acrescentam-se as dificuldades em encontrar dirigentes que queiram assumir (com gosto e proficiência) a função de gestão e liderança de organizações desportivas.

Por outro lado, o quadro de carência generalizada ao nível das infraestruturas de qualidade que “explicava” a modesta expressão do país no concerto desportivo das nações foi razoavelmente alterado, sem que os ganhos qualitativos tenham acompanhado esse enorme investimento.

Com efeito, muitos desses equipamentos estão subutilizados, quando não mesmo inoperacionais, e não só porque tenham sido construídos com propósitos majestáticos ou especulativos.

Na verdade, eles são a prova irrefutável de que as “políticas de pedras mortas” são mais fáceis de prosseguir do que as “políticas de pedras vivas” que apostam na promoção dos recursos humanos através de programas com objetivos bem definidos e suscetíveis de mobilizar todos os atores potenciais: associações, atletas, técnicos, dirigentes e famílias.

Muitos dos investimentos realizados foram-no sem uma clara visão da sua justificação e sem um rigoroso estudo e definição estratégica do respetivo efeito catalítico da prática e da qualidade da prática desportiva local, regional e nacional.

Nos últimos anos, no quadro de uma expansão do parque desportivo nacional, verificou-se a disseminação de estruturas e equipamentos oficialmente classificados como Centros de Alto Rendimento (CARs), os quais, em diversos casos, estão longe de reunir os requisitos necessários para uma oferta de serviços nos termos anteriormente mencionados, vulgarizando e banalizando o conceito de “alto rendimento”.

Complementarmente, a convergência de competências, nomeadamente com o sistema científico nacional, tem sido deixada ao sabor de iniciativas pessoais ou de reduzida repercussão global à escala nacional; ao livre arbítrio de um praticante, de um treinador, de um clube ou de uma federação; à iniciativa de um investigador, de um centro de investigação, ou de uma universidade.

O desporto, enquanto objeto de estudo e investigação científica, está longe dos horizontes imediatos das políticas de Investigação e Desenvolvimento. É um corpo estranho no Sistema Científico Nacional.

No desporto de alto rendimento de hoje, muito em especial no seio das grandes potências desportivas, esta ligação é promovida, nutrida e supervisionada por estruturas centrais que cuidam da efetiva transferência do conhecimento e da respetiva valorização prática.

Também no que respeita aos recursos humanos a situação contém algo de paradoxal. Assistimos a uma elevação considerável, qualitativa e quantitativa, da formação de diversos quadros que interferem no apoio à preparação dos atletas, bem como do suporte tecnológico que melhor permite identificar as necessidades específicas de preparação e os respetivos vetores prioritários de intervenção. O número de especialistas em diversas áreas da preparação desportiva (medicina, fisiologia, nutrição, psicologia ou biomecânica) não tem comparação com a diminuta presença que se registava anteriormente.

Com efeito, as universidades assumiram a formação superior em Desporto e potenciaram a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico que a sustenta, rompendo com reservas que perduraram ao longo de gerações; no âmbito do desporto federado, a formação de treinadores impôs novos graus de exigência, beneficiando ao mesmo tempo de formadores mais atualizados e de formandos com níveis de instrução superiores ao que era comum verificar-se. E, apesar de tudo isso, os resultados não confirmam, ainda, as expectativas que seria lícito acalentar.

Trata-se manifestamente de um défice de sistema, devido à inexistência de articulação entre os diversos agentes que não têm oportunidade de interferir nos diferentes vetores do processo de preparação desportiva com as competências que lhes são reconhecidas. Superá-lo implicará necessariamente um compromisso do Estado que viabilize a ação concertada da tutela e das instituições do Sistema Desportivo.

Referência especial é devida à falta de convergência sistémica entre o sistema desportivo e o sistema escolar, quer nas condições de acesso à prática do desporto, quer, ainda, nas de complementaridade das exigências de preparação desportiva e escolar.

Num país com os mais baixos indicadores de participação desportiva da União Europeia, quer no que respeita à prática regular em atividades físicas e

desportivas, quer na mobilização para o associativismo desportivo, colocar o desporto na agenda política ou conferir-lhe a reclamada relevância num quadro programático para o desenvolvimento do país, à altura do seu contributo para o crescimento económico e impacto social, encontrará inevitavelmente inúmeros condicionalismos enquanto a formação das lideranças políticas, empresarias e associativas se encontrar marcada por uma menorização e desvalorização das atividades físicas e desportivas, desde as etapas iniciais do seu processo educativo.

Há, pois, constrangimentos que precedem e sucedem a questão do financiamento, geralmente colocada no centro de gravidade do sistema desportivo nos termos de injeção de verbas provenientes do Orçamento de Estado, em bom rigor cada vez mais dependente das receitas dos Jogos Sociais, parte da qual é utilizada para suportar custos de estrutura da administração central.

O financiamento é uma questão relevante, mas que não assegura por si só a excelência desportiva de um país, como se pode deduzir da comprovada superioridade olímpica de muitos países cujos indicadores económicos e sociais, ou o seu índice de desenvolvimento humano, os situam abaixo dos valores que Portugal apresenta.

Também aqui, o retorno do investimento financeiro dependerá, em grande parte, da renovação organizacional que, cabendo decerto ao sistema desportivo desenhar e implantar, exige dos órgãos de Governo central e local a disponibilidade para assumir outras perspetivas não triviais sobre o desporto, superando inércias burocráticas e intervenções avulsas e distanciadas, a favor de estratégias devidamente articuladas, integradoras de esforços realmente concatenados para a concretização de objetivos precisos, transformando palavras em ações e ações em ambição indutora de mudança.

2. BREVE LEITURA DO DESPORTO NO MUNDO ATUAL

Com o fim da URSS e do bloco socialista, o desporto deixou de ser mais um terreno de luta entre blocos. Em consequência, algumas mudanças conceptuais se registaram, tendo as potências desportivas ocidentais, num certo momento cativadas pelo modelo de elitização fundado numa base alargada de praticantes,

adotado outras estratégias de identificação, seleção e promoção dos talentos desportivos. Hoje é o vértice que atrai a base da pirâmide onde se concentra (ou é desejável que se concentre) a massa alargada de praticantes com diversas representações, atitudes e interesses.

O conhecimento científico baseado na evidência e os novos recursos tecnológicos permitiram desenvolver procedimentos “cirúrgicos” que vão ao encontro do “sobredotado,” do “talento desportivo” atual ou em perspetiva, com um ganho significativo de eficiência e economia.

Assim se compreende que países organizadores dos Jogos Olímpicos consigam, em poucos anos, apresentar com dignidade competitiva atletas e equipas em modalidades estranhas à sua cultura desportiva, e que assim continuam sendo quando ultrapassado o exame olímpico.

Mas o desporto no mundo globalizado afirma-se também como uma componente essencial das sociedades modernas e é, ele próprio, um fator de modernização que se reflete na vida dos indivíduos e das comunidades. É também um fator reconhecido de capital social enquanto promotor de redes, normas e relações de confiança e responsabilidade que mobilizam os indivíduos na prossecução de objetivos partilhados.

A prática desportiva é um veículo de integração e mobilidade social, como tem sido comprovado em sociedades com acentuadas assimetrias socioeconómicas e diversidade cultural, ou que, por diversas causas, atravessam períodos subsequentes a uma degradação significativa das suas condições de vida.

O desporto é um campo de inclusão aberto a todos os que queiram e possam participar sem discriminação de idade, género, capacidades ou limitações de ordem física ou psíquica, reconhecendo a cada um o direito de exprimir o seu potencial de performance.

Dados baseados na evidência do estudo científico conduzido a partir de diversas óticas disciplinares, confirmam o impacto do desporto tanto na economia como no plano dos valores, da promoção de condições de vida mais ativa e saudável, e da identidade nacional, da promoção da paz, cooperação e resolução de conflitos étnicos em países em desenvolvimento.

Em consequência, o desporto deve assumir, sem jactância, um lugar central em qualquer modelo de projeto social, porque efetivamente, como em inúmeras ocasiões se tem verificado... *"o desporto pode criar esperança onde antes havia desespero;*

é mais poderoso que o governo em quebrar barreiras sociais; o desporto tem o poder de mudar o mundo" nas palavras imortalizadas por Nelson Mandela.

Numa economia globalizada afigura-se cada vez mais prudente refutar uma visão neutral ou apolítica do desporto. Este é um bem cultural com enorme potencial indutor de mudança social que importa salvaguardar, mas também, e cada vez mais, é uma atividade com assinalável contributo para o crescimento económico e o emprego – superior ao conjunto do sector da agricultura, pesca e florestas, segundo estudos recentes da Comissão Europeia – que importa regular de forma eficiente.

Neste contexto, são inúmeras as ameaças, também elas globais, à sustentabilidade do desporto. Dopagem, corrupção, manipulação de resultados, apostas desportivas ilegais, tráfico de menores, fraude, lavagem de dinheiro e má governação, são buracos negros que o mundo do desporto enfrenta, desde o nível mais elementar até à competição mais importante, associados a complexas redes globais de criminalidade organizada movimentando astronómicas somas de capitais.

Qual a dimensão destas redes? Como estão organizadas? Quais os propósitos de quem as opera? Como penetram no desporto? São questões decisivas por responder.

Sabemos, ainda assim, que ameaças globais exigem respostas globais. Reclamam passar dos grandes princípios, das orientações programáticas sobre a ética no desporto e das recomendações internacionais para ações concretas no terreno, particularmente junto dos agentes desportivos - as peças mais vulneráveis deste processo - operacionalizando ferramentas concretas para se prevenirem destes riscos.

Torna-se vital reforçar a cooperação com entidades judiciais, organismos policiais, autoridades de segurança interna e entidades diplomáticas. E, fundamentalmente, no que aos intervenientes no fenómeno desportivo concerne, concitar esforços no domínio onde a sua ação nutre maior relevo: a prevenção, educação e sensibilização.

Às entidades representativas do movimento desportivo cabe o direito e o dever de convocar a atenção dos poderes públicos e dos cidadãos para estes problemas e a importância das medidas políticas que concorram para o desenvolvimento consistente de um modelo de desporto, capaz de, a médio prazo, colocar Portugal em linha com os seus parceiros europeus.

Cabe-lhes também a capacidade de ajustarem o seu modelo organizacional às profundas mudanças que o desporto sofreu nas últimas décadas, sem esperar que outros o façam por si.

Se não existir uma cultura desportiva consolidada na sociedade, a cooperação entre os vários intervenientes, dentro e fora do sistema desportivo, sofre de entropias que obstaculizam a autorregulação associativa e abrem campo à profusão de medidas legislativas e de regulação pública que agudizam a disfuncionalidade do sistema.

Se a cultura que se cria no seio do desporto afeta as suas lideranças - e no desporto esta é vista como uma cultura de permanente confronto e reclamação - a proliferação de medidas reguladoras sobre o mais ínfimo pormenor do seu funcionamento não tem sido um fator indutor de mudança. Bem pelo contrário.

A credibilidade é a legitimidade ao longo do tempo e esta não se confere por letra de lei, mas antes pela capacidade das lideranças desportivas fundarem a sua intervenção social no respeito pelos princípios e valores fundamentais que presidiram à emergência do desporto moderno como uma atividade ao serviço do desenvolvimento humano. Valores esses cada vez mais importantes no contexto social que hoje vivemos.

3. O CONSTRANGIMENTO DEMOGRÁFICO COMO CONDICIONANTE DAS POLÍTICAS DESPORTIVAS

A tendência para o envelhecimento da população está confirmada por dados de organismos nacionais e internacionais, pelo que se trata de uma informação que não pode ser ignorada.

De um modo geral, toda a organização da sociedade, tanto nas instâncias do trabalho como do lazer, da saúde, da educação e dos equipamentos sociais será afetada por uma população com uma estrutura etária previsivelmente traduzida, nos próximos dez anos, por uma relação de 20% por segmento até 20 anos de idade, para mais de 30% por segmento acima dos 60 anos.

Sendo uma tendência comum à generalidade dos países europeus, reveste-se em Portugal, dado o seu número reduzido de habitantes, de uma configuração especialmente preocupante.

É, assim, inevitável que à mudança de estrutura demográfica da população correspondam mudanças de atitudes, nos valores e nas representações do desporto vigentes no quadro geral da sociedade, com naturais reflexos na estrutura e dinâmica do nosso tecido desportivo. A procura desportiva será, inevitavelmente, um painel de reflexo dessa transformação no plano quantitativo e qualitativo.

Começar por compreender estas tendências é um primeiro passo para encontrar soluções que desobstaculizem a expressão e o desenvolvimento do desporto, como facto cultural e como prática de excelência no contexto da sociedade portuguesa, integrado numa política de fomento da natalidade. Daí que importe reconhecer os novos significados que o desporto representará para todos, os praticantes e os não-praticantes, os beneficiários e os contribuintes do investimento social que o próprio desporto constitui e implica.

A compressão demográfica tenderá a penalizar, de um modo mais evidente, a acessibilidade à prática desportiva de excelência, quer pelas dificuldades resultantes de um quotidiano urbano pouco favorável em termos temporais e espaciais, às rotinas da preparação desportiva orientada para o rendimento, quer pelo isolamento dos atletas que, nas regiões do interior, não encontrarão as condições de organização competitiva que estimulem a emulação e a permanência no regime de treino. Por outro lado, a redução quantitativa do número de jovens criará dificuldades acrescidas à captação desportiva em qualquer das suas dimensões.

A procura desportiva acompanhará as alterações ocorridas na matriz identitária que moldou o conceito de desporto e o novo perfil demográfico. O “desporto para todos” que, até agora - e, sobretudo, nos anos que se seguiram à implementação do regime democrático - foi um conceito de inspiração principalmente quantitativa passará a revestir um sentido substancialmente diverso, determinado por novos públicos e novas necessidades e condições de acesso.

A emergência de um desporto ao serviço não só “de todos” - um conceito algo abstrato - mas, doravante, também ao serviço de um segmento afluente cada vez mais representativo - o idoso - é uma condição incontornável para a reformulação de critérios e a adoção de medidas de apoio ao envelhecimento

ativo que, até hoje, ou não eram de todo consideradas ou eram colocadas numa escala inferior de prioridades.

As ações desenvolvidas no âmbito autárquico, dirigidas para as populações adulta e idosa, constituem, sem dúvida, um indício de uma tomada de consciência do problema. O acesso do idoso à prática organizada das atividades físicas, do lazer ativo e do desporto adaptado às suas necessidades e limitações é um desígnio que procede, em primeiro lugar, das garantias constitucionais, e se inscreve no quadro das políticas sociais para que o desporto deverá contribuir numa presença cada vez mais expressiva.

Para tal, o edifício desportivo que se antevê adequado a esta condicionante demográfica terá de prever uma valência multigeracional, devendo esta ser promovida no sentido de alcançar soluções ajustadas a todos os segmentos etários da população, envolvendo instituições públicas e privadas e, nomeadamente, o movimento associativo, as autarquias e as instituições de solidariedade social. Porque não é possível, ou pelo menos não é desejável que estas entidades descurem o assinalável impacto desta tendência demográfica na sustentabilidade do sistema de saúde e de segurança social e o papel preponderante que o investimento desportivo tem nestes domínios.

O desporto é um dos fatores diretos e indiretos com maior potencial para, numa abordagem preventiva, reduzir os encargos em despesas de saúde e prestações sociais. Representa um investimento importante dos poderes públicos junto das crianças e jovens no apoio à natalidade, diminuindo assim os encargos das famílias. Sabemos também que as políticas públicas, orientadas numa tal abordagem, tendem a ser mais eficazes e menos onerosas para o erário público daquelas que se fundam numa perspetiva reativa ou repressiva perante comportamentos de risco.

No entanto, para conferir escala ao seu potencial de criação de valor económico e social, o desporto, entendido como bem público cujos enormes benefícios se estendem bem para além do individuo que pratica esta atividade - e por isso objeto de apoio público e consagrado constitucionalmente como direito de todos os cidadãos -, carece de ajustar a sua orgânica e o seu modelo de desenvolvimento às circunstâncias e dinâmicas sociais atuais.

A começar, desde logo, pelos pilares do nosso sistema desportivo, as federações, associações e clubes desportivos, os quais, concentrando maioritariamente os seus recursos na vertente competitiva, nem sempre conseguem oferecer respostas adequadas e cativar segmentos populacionais

com outras lógicas e motivações, que, cada vez mais, procuram soluções fora das organizações que compõem o referido sistema desportivo.

Assim, quando a fluidez dos vasos comunicantes do desporto, com a educação, a saúde, a cultura e a integração social se encontra obstruída, todo o processo intergeracional de criação de valor para a comunidade fica comprometido, conferindo maior amplitude de ação a outros intervenientes.

Quando aquelas áreas cuja estreita articulação com o desporto se reputa imperativa, mas em cujos centros de decisão estratégica se afasta o desporto e se lhe retira qualquer representatividade institucional, está-se a cercear o processo de mudança que urge promover nas organizações desportivas, menorizando-as em torno de um reduto circunscrito à vertente competitiva que há muito deixou de ter reflexo na diversidade de dimensões que hoje dão forma a este fenómeno global.

Concentrando as organizações desportivas os seus recursos em torno da dimensão competitiva, transferindo-se para a esfera comercial e para o espectro salutogénico do ativismo físico outros domínios de intervenção desportiva, menoriza-se e confina-se a um espaço redutor uma das mais completas atividades para o desenvolvimento humano, não só no que respeita à consolidação de competências motoras, como fundamentalmente no que concerne à transmissão de valores cada vez mais prementes como o respeito, a superação, a excelência, a solidariedade e a não discriminação.

Com efeito, afigura-se crucial, perante as consequências deste cenário demográfico, que as federações desportivas, e todo o movimento associativo desportivo, reflitam, abram o espaço de debate e assumam qual a amplitude do seu espaço de intervenção e missão na concretização do que vulgarmente se designa por desenvolvimento da prática desportiva, sob pena de se balcanizar cada vez mais o desporto, tornando-o refém instrumental de agendas estranhas, as quais não raras vezes contribuem para o seu enfraquecimento e desvalorização social.

Não é pois sustentável que os ajustamentos a esta realidade se traduzam numa reconfiguração do modelo organizacional do desporto português no qual a sua célula base - o clube - se transforme em mera entidade prestadora de serviços desportivos, a reboque de interesses alheios, como única opção para sobreviver.

O desporto é muito mais do que um bem transacionável que se prescreve em doses moderadas. Num ambiente marcado pela superficialidade, efemeridade e

mercantilização das relações sociais, onde o isolamento social e o individualismo se agudizam, as organizações desportivas são um reduto de socialização e incorporam um património de valores inalienáveis, essenciais para o desenvolvimento humano, em crise no contexto que hoje se atravessa, que importa não só salvaguardar como estimular, em particular no contexto escolar.

Inevitavelmente se dispersam no tecido social as consequências desta tendência, nas mais diversas medidas, onde, porventura, a de maior dimensão e impacto se concretizou através da desqualificação da educação física e do desporto em ambiente escolar, num ato profundamente lesivo, comprometendo-se as bases para que o desporto seja uma atividade socialmente relevante que acompanha o cidadão ao longo da sua vida, na sua condição de praticante ou consumidor de bens e serviços desportivos.

Com a introdução do desporto no Tratado de Lisboa como uma competência da União Europeia, ainda que complementar à ação dos Estados nacionais, e dando seguimento a um conjunto de anteriores orientações estratégicas, têm sido realizados diversos estudos e iniciativas com vista a aprofundar o conhecimento desta problemática a fim de desenvolver programas e medidas, em diversos domínios do desporto, destinadas a inverter esta tendência e dar resposta às exigências que se colocam face à evolução do perfil sócio demográfico da população europeia. E nesse sentido o desporto, pela primeira vez, é objeto de financiamento direto da Comissão Europeia no quadro do programa plurianual 2014-2020.

A mobilização do país em torno do desenvolvimento do desporto, da elevação da qualidade da prática e do desempenho dos seus representantes, é uma condição essencial a montante de todas as medidas, de carácter geral ou sectorial, legislativo ou administrativo, técnico ou político, concebíveis no quadro das competências normais das diversas instituições intervenientes.

É indispensável tornar perceptível aos cidadãos e aos decisores políticos que o apoio ao desporto não é um custo mas um investimento com um retorno importante junto da comunidade, valorizando o papel das federações desportivas e outras entidades que compõem o mercado desportivo com novos modelos de oferta fora do espectro federado e associativo.

Sem embargo da importância de uma abordagem transnacional, o constrangimento demográfico que o país atravessa, as suas consequências sobre o sistema desportivo nacional e a capacidade deste em se ajustar às

circunstâncias que dele exigem um reposicionamento estratégico, reclamam dos seus atores capacidade de visão e liderança, num processo onde não se pode esperar que terceiros assumam decisões e orientações que, em primeira ordem, lhes incumbem, caso se queira dar expressão ao seu valor social sem ficar refém de uma agenda que lhe é estranha.

Mas exige também uma conceção estratégica de política desportiva que se projete para além de uma visão instrumental, esgotando recursos em medidas pontuais de ajustamento a necessidades imediatas e despiciendas, amiúde impostas por fatores externos e com escasso potencial de criação de valor que efetivamente permita suprir os bloqueios estruturais com que há longa data se depara o modelo desportivo nacional, no que concerne à sua sustentabilidade organizacional e financeira.

4. UMA POLÍTICA DESPORTIVA PARA PORTUGAL

O desporto deve promover a literacia física da população, a qual incorpora não só a literacia motora, mas também a literacia desportiva. “O corpo é o primeiro e mais importante instrumento do homem” e o desporto o veículo privilegiado para o seu aperfeiçoamento. Trata-se de dominar não apenas as capacidades motoras elementares (correr, saltar ou lançar), mas também o repertório de gestos desportivos fundamentais através de um processo evolutivo e planeado por etapas de desenvolvimento - tecnicamente orientado e envolvendo os principais parceiros numa estrutura de coordenação - o qual visa, entre outros objetivos gerais, criar hábitos de fidelização numa prática desportiva regular, possibilitar a compreensão dos fundamentos das diversas modalidades desportivas e alargar a base de atletas com potencial para obter resultados desportivos ao mais alto nível, promovendo assim o desenvolvimento físico, emocional, mental, social e cognitivo do indivíduo nos diversos níveis de prática desportiva.

Este entendimento do problema requer o compromisso de assegurar que as atividades desportivas possam ser realizadas, com regularidade, por pessoas de todas as idades, independentemente da sua condição económica e social.

Ora, tal só é possível se a reflexão e planificação estratégica no desporto se centrar, em primeira instância, naqueles que são os seus objetivos primordiais,

e, só depois, na pluralidade de áreas onde a intervenção complementar do desporto se demonstre efetiva. Ou seja, importa intervir prioritariamente nas bases da cadeia de valor para criar sustentabilidade, robustecer e alavancar o sistema desportivo de modo a que este possa qualificar a sua ação em outros domínios, sob pena de se comprometer o futuro do desporto em Portugal e colocá-lo ao serviço de outras prioridades.

Para isso é necessário diagnosticar as debilidades do sistema desportivo nacional e o seu impacto, identificar fatores críticos, estabelecer objetivos estratégicos e criar sinergias entre as entidades públicas e privadas do setor, através de um programa de ação ajustado à realidade do país, o qual projete o desporto português para patamares mais próximos da média europeia e contribua para um maior envolvimento da sociedade com o desporto.

Neste contexto, importa comunicar com clareza às entidades que compõem o sistema desportivo o que é essencial e acessório para a construção de uma estratégia de desenvolvimento, em torno de quatro parâmetros:

- Melhorar, alargar e fidelizar a participação desportiva em todas as idades e segmentos socio-económicos;
- Melhorar a capacidade desportiva da população e, complementarmente, a sua aptidão física, desenvolvimento emocional e cognitivo através do desporto;
- Melhorar a excelência desportiva;
- Melhorar a intervenção e as sinergias entre os intervenientes no processo de valorização desportiva.

É hoje possível identificar, através da investigação disponível e aplicada no terreno, um conjunto de regularidades e tendências que clarificam fatores críticos de abordagem estratégica, em particular:

- Uma experiência positiva no desporto é essencial para reter atletas e praticantes após o abandono das competições ou do sistema escolar;
- O período entre os 8 e os 15 anos é decisivo na aprendizagem desportiva, formação de futuros atletas e criação de hábitos desportivos duradouros;

- São poucos os adultos que, tendo sido fisicamente inativos em jovens, se tornam regulamente ativos em adultos;
- Os adultos inativos não estimulam a atividade física e desportiva das crianças.

Questão igualmente pertinente tem a ver com a participação das mulheres no desporto. A evolução progressiva da participação feminina no desporto tem sido lenta e recheada de obstáculos e estereótipos, retratada por uma taxa da prática desportiva federada a rondar atualmente os 24%, com taxas de feminização muito diferenciadas entre as federações desportivas. Assim, o impacto na população portuguesa desta prática desportiva federada é muito assimétrico para homens e mulheres, já que para as mulheres ronda os 2% enquanto para os homens ronda os 7%.

É certo que o problema da menor participação feminina no desporto não é exclusivamente nacional, mas, cabe-nos contudo, criar condições para que se esbatam as diferentes oportunidades entre homens e mulheres, quer no acesso, quer no desenvolvimento da atividade desportiva onde as assimetrias no país são profundamente vincadas face ao contexto europeu.

Na verdade, não podemos observar as relações de género como empreendimento neutro e distanciado, temos de o fazer com a consciência prévia do desfavorecimento que tem ocorrido no grupo das raparigas e das mulheres no fenómeno desportivo nacional. É também necessário atender a algumas especificidades e a alguns problemas que raramente são enfrentados, como sejam o abandono precoce da prática desportiva, a compatibilização da intervenção no desporto com a maternidade, ou o assédio e abuso sexual.

Tomando por referência o acima exposto e tendo em consideração o modelo de desenvolvimento desportivo português, tradicionalmente assente em dois pilares - a escola e o clube-, com um complemento cada vez mais assinalável das autarquias locais no domínio do desporto comunitário de base recreativa, só é possível instituir com sucesso uma política desportiva, que valorize e promova uma mudança cultural da sociedade portuguesa em relação ao desporto, se, para além do domínio restrito da atividade física, se induzir e promover uma inversão de ciclo em relação às debilidades e tendências assinaladas. Importa neste propósito clarificar competências e potenciar sinergias entre a educação física, o desporto escolar, o desporto federado, as atividades de recreio desportivo de cariz comunitário e o desporto para segmentos populacionais específicos.

Para tal, afigura-se absolutamente decisivo estabelecer uma convergência em torno de um percurso programático contínuo entre as atividades no âmbito escolar, federado e comunitário - tendo em especial consideração as etapas de formação e treino de crianças e jovens, envolvendo os encarregados de educação, - numa cadeia de valor gerada pelas interdependências entre o contexto escolar inicial, o desporto federado, o alto rendimento desportivo e a participação desportiva recreativa ao longo da vida.

5. A CENTRALIDADE DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DO DESPORTO NA ESCOLA

A evolução desportiva do país será sempre proporcional ao que for a evolução física e motora da sua população infanto-juvenil. E, neste ponto, a escola é um dos espaços privilegiados para o acesso dos jovens à prática do desporto. Ignorar, não apenas o que representa a escola, como escamotear o que é a sua responsabilidade social enquanto espaço privilegiado no acesso dos jovens à prática do desporto, significa desperdiçar um dos fatores críticos essenciais a uma política de promoção e desenvolvimento desportivo, mas também da criação de hábitos de vida ativos e saudáveis.

A escola é muitas vezes responsabilizada pelo atraso verificado na situação desportiva nacional. Isso é particularmente evidente no rescaldo das grandes competições internacionais. E as autoridades educativas expressam uma convivência difícil com esta situação.

Contrariamente ao que se diz e escreve, o desporto escolar existe, e existem excelentes experiências locais. E até programas nacionais com bons resultados consequentes da colaboração com federações desportivas e autarquias. E a percentagem dos alunos hoje integrados nos quadros competitivos escolares é bem maior que no tempo da Mocidade Portuguesa (um exemplo a que amiúde se recorre), num contexto, convém recordar, em que a escola era então apenas para alguns e onde a prática desportiva feminina era inexistente. O problema é, pois, de outra natureza e bem mais complexo.

A escola é uma instituição que opera num contexto complexo. Nela se cruzam tradições, formações, teorias, crenças, atitudes, sensibilidades e objetivos diversos e difíceis de conciliar. O mundo mudou e a escola não é mais a mesma. O entusiasmo que o desporto escolar suscitou nos anos imediatos ao seu

lançamento entrou em perda irreversível no meio da crise geral que se instalou na escola e no sistema educativo do país.

A escola perdeu capacidade de atração e protagonismo em relação a várias aprendizagens sociais. E no desporto também. Com as medidas governamentais de desvalorização da disciplina de educação física – como a questão da carga horária ou da notação para efeitos de acesso ao ensino superior, fatos que têm sido recentemente evidenciados – a situação agravou-se.

Ao modo como a escola abordou a educação física e o desporto esteve muitas vezes subjacente uma questão de natureza ideológica e doutrinária - que é permanentemente subestimada - e que se prende com a perspetiva com que os responsáveis educativos e os professores equacionam essa relação. Num número significativo de casos, constituiu um fator adicional de bloqueio à exata compreensão do problema.

No desporto, a escola argumentou muitas vezes que a sua função não era formar “campeões”, sequer “atletas” e manteve em relação à competição desportiva formal uma indisfarçável reserva. Permaneceu em muitos professores e em algumas escolas de formação, uma “cultura de desconfiança” em relação ao desporto formal, designadamente ao que se convencionou chamar de “desporto federado”.

O que talvez ajude a explicar que o apoio ao atleta de alto rendimento, que deveria ser valorizado na escola como exemplo para todos, só fosse concedido, e muitas vezes de uma forma atribulada, após confirmação do seu valor segundo os critérios desportivos universais - e quando as etapas mais críticas da sua formação já tinham sido cumpridas com sucesso -, o que não evitou, apesar disso, manifestos atropelos na efetiva garantia das medidas que a lei estabelece neste âmbito, conforme inúmeras vezes veio a lume.

A figura do atleta em percurso para o alto rendimento existe, mas está longe de satisfazer as necessidades desse mesmo percurso. Ignora-se, demasiadas vezes, que, para atingir, aos vinte ou aos vinte e cinco anos de idade, o nível de prestação que confere ao atleta o estatuto de alto rendimento, ele teve (ou deveria ter tido) orientação e acompanhamento adequado nesse percurso cuja fase crítica se situa, em geral, entre os catorze e os dezoito anos. Ou seja, coincidindo exatamente com o período de maior exigência da vida escolar. Quando assim não acontece, o risco é de uma delas ficar para trás: o jovem abandona a carreira desportiva ou abandona a escola. Eis tudo o que se deve evitar e que só a escola o pode fazer.

É incontroverso que todas as crianças e jovens não têm as mesmas aptidões e disposições para o desporto. Mais: que só uma ínfima percentagem poderá realisticamente aspirar ao valor de um campeão. Porém, porque a natureza não é pródiga em talentos excepcionais, são precisamente esses que o sistema educativo tem a responsabilidade de identificar, de filtrar, de orientar para outras instâncias de preparação, o que só aumenta a responsabilidade das autoridades e das comunidades educativas nessa missão, seja no desporto como na ciência ou na música.

Como não haverá transformação significativa e sustentável do desporto nas escolas sem a adesão dos jovens que as frequentam (coisa que muito se esquece quando toda uma indústria poderosa, à escala global, os alicia com ofertas de um hedonismo questionável), até onde pode o desporto escolar oferecer experiências e oportunidades gratificantes, numa perspetiva de presente e de futuro, àqueles que tenham condições para enveredar por um processo de preparação desportiva exigente, longo e doloroso, impondo renúncias várias e numerosas?

Não pode haver investimento no desporto na escola sem uma componente política, seja ela qual for. Nenhum governo investe milhões no desporto só por... desporto. E nenhuma sociedade democrática assiste impávida aos milhões investidos no desporto se não entender que esse investimento é socialmente justificado. Ora, antes mesmo dos milhões, aquilo de que carece o desporto na escola, para sair da sua letargia, é de política – de convicção política acerca da sua importância-convicção que tem de ser partilhada por governantes e governados.

A superação destas barreiras só é possível verificada que seja uma premissa essencial: a de que tanto o poder político como os cidadãos que os elegem aceitam o desporto como um fator importante da expressão nacional. Sem isso, a que se chama vulgarmente vontade política e consenso nacional, jamais a escola fará, seja o que for, de significativo na elevação do valor desportivo do país.

6. UMA POLÍTICA DESPORTIVA DE AFIRMAÇÃO DE PORTUGAL NO MUNDO

Uma política desportiva determinada na assunção de uma imagem de relevo no concerto internacional impõe objetivos programáticos renovados e claramente definidos, entre os quais destacamos:

- Inserir a obrigatoriedade do desporto/jogos pré-desportivos nas atividades curriculares das crianças do 1º ciclo do sistema de ensino;
- Elevar a qualidade competitiva de Portugal ao nível da dos países europeus com idêntica dimensão demográfica num conjunto selecionado de modalidades [olímpicas].
- Desenvolver, em coordenação com as federações desportivas, programas de preparação olímpica formulados numa base temporal mínima de dois ciclos olímpicos (8 anos).
- Estabelecer com outros subsistemas desportivos, nomeadamente o escolar, processos de identificação, seleção, orientação e promoção de atletas especialmente dotados para integrarem programas de preparação desportiva de excelência.
- Aprofundar relações de cooperação e parcerias técnico-científicas com instituições nacionais e estrangeiras com o objetivo de assegurar que os atletas portugueses dispõem de acompanhamento adequado em todas as vertentes da sua preparação.
- Promover a investigação científica, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no espaço das Ciências do Desporto, bem como a articulação e transferência dos resultados para a prática quotidiana.
- Empreender iniciativas junto dos escalões mais jovens de praticantes que sejam inspiradoras de uma atitude de exigência nos planos da preparação e da competição desportivas, com especial incidência sobre a representação nacional.
- Organizar o percurso escolar dos jovens atletas de modo a compatibilizar os estudos e a preparação desportiva, nos termos já adotados para outras áreas artísticas (música, dança).

- Fomentar, em conjunto com as federações e outros agentes desportivos, iniciativas que levem a um aumento significativo do número de praticantes inscritos e com participação regular e sustentável nos quadros competitivos das suas modalidades.
- Estimular a representatividade de dirigentes portugueses, e de língua portuguesa, no seio das organizações desportivas internacionais, claramente desproporcionado face a outros blocos regionais e linguísticos de menor expressão.
- Fomentar a relação do desporto com os segmentos económicos, com vantagem comparativa na afirmação do potencial externo do país e internacionalização da economia do desporto, em particular o turismo e as tecnologias associadas ao desporto.
- Manter e consolidar os laços com a comunidade portuguesa na diáspora e com o mundo lusófono através do potencial único do desporto na construção de uma identidade coletiva, promoção da cultural e da língua, onde a estratégia de programação do serviço público de rádio e televisão assuma um papel determinante, particularmente nos canais internacionais e novas plataformas de acesso de conteúdos.

7. UMA POLÍTICA DESPORTIVA INDUTORA DE SUSTENTABILIDADE SISTÉMICA

A previsão de uma competência da UE para o desporto, ainda que complementar e de suporte à competência primária que nesta área reside nos Estados nacionais, tem permitido, através de diversos estudos levados a cabo pela Comissão visando estruturar uma política desportiva europeia fundada em factos e dados precisos, colmatar lacunas importantes sobre o conhecimento de vários indicadores do modelo de desenvolvimento desportivo do país e do seu posicionamento no quadro europeu.

Não surpreende que dois desses estudos - sobre o financiamento ao desporto de base e sobre o contributo do desporto para o crescimento económico e o emprego na UE - destaquem claras tendências de fragilidade na sustentabilidade do modelo desportivo nacional.

Por um lado, Portugal encontra-se no grupo de países em que o financiamento privado ao desporto (através do tecido empresarial e do consumo das famílias) apresenta valores *per capita* mais baixos, concentrando-se predominantemente no financiamento público proveniente das autarquias locais e do Estado (Orçamento Geral do Estado e Jogos Sociais).

Por outro, cuja leitura não pode ser desligada do primeiro, Portugal encontra-se claramente abaixo da média europeia no que respeita ao valor acrescentado bruto relacionado com o desporto, bem como ao emprego relacionado com o desporto. Ou seja, o país não consegue potenciar o importante contributo do desporto para a criação de rendimento, ainda que, em diversos segmentos, nomeadamente o turismo, disponha de enormes vantagens comparativas para rentabilizar esse potencial.

Num contexto marcado por um longo trajeto de austeridade, onde a iniciativa privada se retraiu, predominantemente em sectores onde a sua penetração não é tradicionalmente relevante, não é expectável - pelo contrário - um assinalável crescimento dos apoios públicos.

Sendo a responsabilidade social corporativa um importante elemento de vínculo com a comunidade, cada vez mais valorizado socialmente, importa criar condições para que encontre no desporto um terreno privilegiado à concretização de projetos, particularmente em territórios com necessidades educativas e sociais específicas.

Tornar o mecenato desportivo um instrumento atrativo e de fácil utilização, com um enquadramento fiscal mobilizador da disponibilidade do tecido empresarial para investir no desporto, nomeadamente em programas desportivos levados a cabo por federações com claros objetivos sociais, podendo envolver os Municípios, através do aumento do montante de plafonamento, permitiria abrir uma janela de oportunidade, acompanhando boas práticas internacionais, e assim reforçar o compromisso de responsabilidade social das empresas com o desporto, mas também diversificar fontes de financiamento e reduzir a dependência de apoios públicos.

Adicionalmente o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo no seio da Estratégia Europa 2020 encontra no desporto um terreno privilegiado e fértil para esse desígnio, insistentemente sublinhado pela Comissão Europeia e o Conselho da União Europeia, em especial no quadro do Plano de Ação da UE para o Desporto 2014-2017 (2014/C 183/03) e nas Conclusões do Conselho e dos Representantes dos Governos dos Estados-

Membros, reunidos no Conselho, sobre o desporto enquanto motor de inovação e crescimento económico (2014/C 436/02), pelo que o investimento previsto no acordo de parceria que dá forma ao novo programa de fundos comunitários Portugal 2020 deve acompanhar esta realidade.

A isto acresce o facto de o desporto em Portugal estar longe de ter o “justo retorno” proveniente dos chamados jogos sociais, cujas percentagens de distribuição da receita anualmente estabelecidas por lei são claramente inferiores a vários países europeus.

Por outro lado, e saudando a recente regulação do mercado de apostas desportivas, a solução alcançada está longe, conforme o Comité Olímpico de Portugal sublinhou em tempo útil, de acautelar aspetos substanciais no que concerne à proteção da integridade das competições e devida compensação dos operadores de apostas pela utilização de direitos de propriedade intelectual dos organizadores de competições desportivas, os quais assumem integralmente os riscos e encargos pela realização de competições que permitem ao mercado de apostas florescer.

Prolongar o atual cenário, expondo as organizações desportivas ao risco iminente que esta trajetória representa para a sua sustentabilidade, num contexto em que persistem as medidas e sinais de desvalorização do desporto na construção de políticas públicas e da sua representatividade institucional na agenda governativa, marginalizam cada vez mais uma atividade central nas dinâmicas de desenvolvimento social e amputam o processo de desenvolvimento humano de uma dimensão insubstituível, com profundas consequências económicas, sociais, educacionais e de saúde pública.

8. A POLÍTICA DESPORTIVA E A GOVERNAÇÃO PÚBLICA

O País continua, mais uma vez, expectante em relação a sinais de que algo de novo possa ocorrer nos olhares que o Governo dispensa ao Desporto e nas formas com que atua em conformidade.

A dimensão do desafio político neste âmbito não é compatível com uma representação reduzida na orgânica do Governo, e, com frequência, dispersando a sua intervenção em outras competências de política setorial.

Um projeto que mobilize o país e a cidadania para um Desporto de qualidade e afirmação no concerto das nações não pode prosseguir no tom cinzento que tem vindo a envolver a política desportiva e os seus intérpretes, com o risco de que a posição de Portugal, neste domínio, resulte numa definitiva irrelevância.

Mais do que as instalações, a qualidade dos técnicos e dos seus programas de formação, a clarividência dos dirigentes ou o valor do investimento público, o que mais distingue e penaliza a atual situação desportiva portuguesa, em relação a outros países com os quais compartilhamos o mesmo grupo de desenvolvimento, é a diminuta contribuição das grandes empresas nacionais e estrangeiras ao nível do financiamento do desporto.

Esta é uma tarefa em que o Estado e o sistema desportivo devem empenhar-se solidariamente, rompendo uma tradição de um tipo de relacionamento que não satisfaz plenamente os custos de um desporto de qualidade – seja na perspetiva do rendimento, seja na perspetiva da educação, da saúde e do bem-estar da população em geral.

A mobilização do país em torno do desenvolvimento do desporto, da elevação da qualidade da prática e do desempenho dos seus representantes, é uma condição essencial a montante de todas as medidas, de carácter geral ou sectorial, legislativo ou administrativo, técnico ou político, concebíveis no quadro das competências normais das diversas instituições intervenientes.

É indispensável tornar perceptível aos cidadãos que o apoio ao desporto não é um custo mas um investimento, com um retorno importante junto da comunidade, valorizando o papel das federações desportivas, procurando estabelecer relações com as federações não olímpicas e outras entidades que compõem o mercado desportivo com novos modelos de oferta fora do espetro federado e associativo.

Contribuir para a promoção da prática desportiva impõe um quadro de ação orientado para a divulgação dos valores que inspirem um maior envolvimento e identidade social com o desporto, em reforço da cultura desportiva e da mobilização cívica para esta área. Só assim é possível consolidar e ampliar o peso da agenda política do desporto em articulação com outras políticas conexas nos planos da economia, fiscalidade, formação profissional, educação, turismo, ambiente, etc. Importa igualmente considerar o menor espaço promocional do desporto que pode ocorrer em consequência da reforma do serviço público de televisão.

Sem uma imagem atrativa do valor, necessidade e dos benefícios que o desporto representa para o país e para os cidadãos – que ao Estado e ao sistema desportivo por igual incumbe transmitir – jamais a consolidação social do “domínio desportivo” alcançará o nível exigido para que o desporto revista, em Portugal, a natureza de um projeto nacional.

Tal só será possível com a conjugação de esforços e vontades que permitam enfrentar com sucesso os desafios que o futuro do desporto nacional a todos nos coloca.

A organização desportiva encontra as suas raízes na dinâmica da sociedade civil. Este é um traço comum na generalidade da União Europeia e que caracteriza o modelo europeu de desporto, erigido a partir de uma estrutura benévola e autónoma. O desporto é aliás uma das atividades que reúne mais voluntários na UE e um exemplo impressionante dos princípios que presidem à matriz social da construção europeia.

No entanto, são hoje escassas as medidas que valorizem o benevolato e estimulem a autonomia desportiva. A validação e reconhecimento profissional da experiência do dirigente desportivo; a agilização dos procedimentos de ausência do serviço e respetiva compensação; ou a existência de um seguro com coberturas específicas para a sua atividade são, entre outras, medidas cuja inexistência compromete a vitalidade das associações e o compromisso com uma ação voluntária devidamente reconhecida

Inevitavelmente, a progressiva dependência das organizações desportivas em relação aos recursos públicos obstaculizou a iniciativa autónoma do tecido desportivo e, em diversas vertentes, condicionou a sua missão de desenvolvimento da prática desportiva, e aumento e qualificação dos agentes desportivos, transformando-as em entidades eminentemente administrativas.

Ainda que disso se tenha dado conta e por vezes procurado reverter a tendência, tentando posicionar o Estado como um elemento catalisador da ação das federações desportivas, são diversos os vícios adquiridos e os bloqueios enquistados:

- As organizações desportivas concentram um número elevado de recursos - cada vez mais escassos - para responder à exigência de um ambiente regulador cada vez mais saturado, pouco indutor de dinâmicas de eficiência e desenvolvimento.

- As organizações desportivas encontram-se sub-representadas e apresentam um défice de consulta e participação em domínios onde têm um importante contributo (saúde, educação e igualdade de género) e sectores cujas reformas geram um assinalável impacto no sector (turismo, mercado de apostas e fiscalidade).
- As políticas desportivas, públicas ou associativas, são maioritariamente apresentadas para resolver necessidades imediatas ou incorporar determinações externas, do que para intervir em disfuncionalidades estruturais e sistémicas.
- As políticas desportivas, públicas ou associativas, encontram-se carentes de análises rigorosas, diagnósticos apurados e uma base factual do ponto de vista técnico-científico que qualifiquem o processo de tomada de decisão. Aliás, a Administração Pública Desportiva tem vindo a abdicar de um capital que durante décadas consolidou nesse âmbito.

O desenho de políticas públicas, é sabido, obedece a uma relação de maior compromisso e parceria envolvendo outros atores relevantes (Municípios, ONG's, Associações empresariais, Universidades, etc.) delineado em geometria variável e co-contratação, que estimule o exercício construtivo e crítico dos destinatários e promotores das políticas, como garante de compromisso, durabilidade, efetiva aplicação e coesão em torno das medidas alcançadas.

Tal está muito longe de acontecer no atual figurino onde um infindável número de representantes tomam lugar no Conselho Nacional do Desporto para aconselharem o Governo em política desportiva, muitas vezes em matérias que lhe são completamente estranhas. Isto é, aquilo que fora do desporto é um defeito (sub-representação) torna-se um excesso quando se invertem os papéis (sobre-representação), tornando aquela entidade uma mera instância de ratificação das políticas governativas.

Simplificar e agilizar os procedimentos administrativos nas relações com o Estado; unificar e harmonizar contratos programas de desenvolvimento desportivo; clarificar critérios de financiamento público são, naturalmente, medidas que se saúdam, ainda que não ataquem os efeitos gerados a montante por uma lógica tutelar na relação entre os poderes públicos e o tecido desportivo.

Contribuir para a promoção da prática do desporto, reveste-se de primordial importância na construção de uma nova geração de políticas públicas para o

desporto, por quem assumir a condução do próximo ciclo político do país. Políticas que visem criar condições estruturais para suprir os défices assinaláveis em diversas vertentes do desenvolvimento do desporto em Portugal, mas, e mais importante, para recentrar o desporto nas prioridades da agenda da governação, com o lugar de destaque que este assume na generalidade dos países da União Europeia.

Para tal, é fundamental concretizar um quadro de ação vocacionado para a divulgação dos valores como estratégia para um maior envolvimento e identidade social com o desporto, reforço da cultura desportiva e mobilização cívica para esta área, essenciais para consolidar e ampliar o peso da agenda política do desporto, em especial junto de outras políticas conexas e com impacto relevante.

Comité Olímpico de Portugal

Lisboa, 30 de março, 2015